

PRESS' MEI AMBIENTE

Nº217 Terça – 4 de abril de 2017 Por Emilie Stanich, Jérôme Rouseel, Justine Ramade et Hana Tajamal

www.juristes-environnement.com

DESTAQUE – SEGUNDO A “AGÊNCIA EUROPEIA DE PRODUTOS QUÍMICOS” O GLIFOSATO NÃO É CANCERÍGENO

No dia 15 de março de 2017 a Agência Europeia de produtos químicos julgou que os conhecimentos científicos disponíveis não permitiram classificar o glifosato como substância “cancerígena”, mutagênico ou tóxico para a reprodução. No entanto, ela manteve a classificação da substância ativa do célebre herbicida Roundup como uma substância tóxica que pode provocar lesões oculares graves. O “Circ”, ligado à Organização Mundial da Saúde, reconheceu o glifosato como provável cancerígeno em 2015. Em contra partida, o Instituto Alemão de Avaliação de Riscos e depois a Autoridade Europeia de Segurança Alimentar adotaram uma posição contrária em agosto 2015. Por fim, a Agência Francesa de Segurança Sanitária havia decidido limitar o nível de prova de carcinogenicidade num aviso em fevereiro de 2016. Isso levaria a uma renovação de autorização mais fácil? Essa autorização tinha sido prolongada no fim de junho de 2016 por mais 18 meses e os Estados membros vão novamente de posicionar sobre isso até o fim do ano. A Associação “Gerações Futuras” convida “mais do que nunca os cidadãos europeus a assinar a iniciativa cidadã que requer a interdição do glifosato” a fim de deixar claro o descontentamento deles. Essa iniciativa necessita de um milhão de assinaturas para obrigar a Comissão Europeia a se pronuncia sobre o pedido.



TECNOLOGIA – EXPOSIÇÃO À POLUIÇÃO DO AR: AS NOVAS TECNOLOGIAS EMERGENTES

Agora já é possível saber se o ar que respiramos é poluído ou não com apenas um simples gesto, pela utilização de novos aplicativos no celular. Geralmente gratuitos, esses últimos indicam o nível de poluição no lugar exato onde o utilizador se encontra, como também é possível fazer uma pesquisa sobre o nível de poluição em um itinerário. O aplicativo indicará o nível de poluição presente no conjunto do trajeto e também poderá propor um trajeto alternativo com menos poluição para o utilizador. Alguns desses aplicativos propõem também um sistema de alerta que é enviado ao utilizador quando ele entra em uma zona afetada por um episódio de poluição. Embora a imprensa e boletins meteorológicos nos permitam acompanhar a evolução da poluição, tratam-se apenas de observações gerais, enquanto que estas aplicações são baseadas em um sistema para estimar os níveis de poluição, fazer simulações de hora em hora e integrar as medições a partir da estação de controlo, bem como a modelagem da poluição da indústria e de transporte. Presentes nas plataformas de download de aplicativos para celulares, esses aplicativos estão na moda e alguns já alcançaram milhares de downloads.

ENERGIA – A ENERGIA RENOVÁVEL MARINHA: COLOCAÇÃO EM PRÁTICA É DIFÍCIL

Considerada pelos atores econômicos como a energia do amanhã, a energia renovável marinha custa a desenvolver apesar da vontade política de colocar em prática os campos eólicos posicionados no atlântico e em Manche, como também desenvolver a fazenda de eólicas flutuantes. A grande dificuldade desse projeto é a logística. Na verdade, as energias renováveis marinhas são “pré-montadas” e colocadas para o serviço em terra antes de serem definitivamente montadas no mar. Essa primeira etapa necessita de portos adaptados como também da criação e o desenvolvimento de um espaço para o stock das peças perto do lugar de instalação dos cata-ventos. Mesmo se vários portos disponham da logística para receber esses “pacotes pesados”, eles continuam limitados por causa da quantidade desses pacotes. Esse projeto necessita da criação de empregos e usinas adaptadas para conceituação e a produção de cata-ventos marinhos, mas apenas uma usina foi criada em Montoi-de-Bretagne (Loire Atlântico) e apenas o porto de Saint Nazaire avançou o suficiente para suportar esse tipo de projeto. Será interessante para a indústria francesa se posicionar sobre essa atividade em pleno motor.

ÁGUA – REGRESSÃO DA AMINISTRAÇÃO TRUMP SOBRE A LEI DE ÁGUAS

Em 28 de fevereiro de 2017 o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou uma ordem que habilita a Agência Federal para a proteção do meio ambiente a desmontar a regulamentação sobre a água “Clean Water Rule” que entrou em vigor durante a presidência de Barack Obama. Essa regulamentação visava reforçar o perímetro da lei de águas que determina quais rios e lagos são protegidos da poluição. O presidente dos Estados Unidos declarou com suas próprias palavras que a lei de águas de 2015 era “uma regulamentação horrível”. A indústria e o lobby da agricultura intensiva fazem pressão há anos para que esta lei seja restringida aos grandes rios e lagos. Essa medida constitui uma das primeiras explosões do presidente Trump ao encontro da EPA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos), julgada muito forte pelos republicanos. Nos Estados Unidos os pequenos afluentes fornecem água para rios importantes em 21 estados. Um estudo da EPA confirma que os afluentes poluídos reforçam a poluição dos rios. Milhões de americanos bebem a água que vem diretamente de mais de centenas pequenos rios poluídos do Estado de Nova York, Texas, mas também na Califórnia.

**CORTE DE APELAÇÃO DE PARIS, 23 DE FEVEREIRO 2017-03-17**

A Corte de Apelação de Paris, na quinta-feira 23 de fevereiro de 2017, condenou a Associação Nacional de Maçãs e Pêras (ANPP) a pagar a quantia de 5.000 euros a associação Greenpeace francês. Na realidade, esta última havia publicado uma campanha publicitária a qual dizia: “maçãs envenenadas: coloque fim à contaminação de pomares por pesticidas graças à agricultura ecológica“. A ANPP em seguida formou um petição fundada no danos à consumação, exigindo a retirada do termo “maçãs envenenadas“ e 50.000 euros de danos morais. A Corte de Apelação de Paris julgou que o Greenpeace tinha agido “com o interesse público e de saúde pública“ e que a ação de comunicação que ela havia criado era “proporcional ao objetivo da pesquisa“.

SAÚDE : PESTICIDAS E GRÁVIDAS

Um estudo recente da Agência de Saúde Pública mostra uma impregnação importante de pesticidas em mulheres grávidas e as consequências que eles causam aos filhos na fase adulta. Os primeiros resultados desse estudo desde 2011 foram apresentados na segunda-feira 13 de março de 2017 no Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED). Dentre os produtos químicos em questão encontra-se o bisfenol A, o qual é proibido desde 2015. Outros estudos são ainda mais inquietantes: pesquisadores americanos demonstraram que uma mulher grávida que vive perto de uma fazenda que utiliza produtos químicos tem o risco 66% mais elevado de dar à luz a um filho autista. De acordo com um estudo realizado em 183 países, quase três milhões de bebês teriam nascido prematuramente por causa de uma exposição a partículas finas e de má qualidade do ar. Após esses estudos, a rede do meio ambiente e saúde demanda aos candidatos à presidência para se engajarem num debate com a sociedade civil para colocar um freio aos produtos tóxicos aos quais são expostos os recém-nascidos. Preposições não faltam, como a da criação de um cheque bio para facilitar o acesso à alimentação orgânica para as grávidas. Essa petição é seguida a da interdição dos brinquedos com produtos tóxicos em creches.



De agora em diante, a carne vermelha e o peixe não farão mais parte dos menus de almoço oficial no Ministério do Meio Ambiente alemão. Essa medida foi tomada para simbolizar a luta contra a agricultura intensiva, a qual tem forte implicação na problemática do aquecimento global. Na verdade, a pecuária intensiva é responsável por 14,5% das emissões de gases do efeito estufa no planeta (de acordo com dados de 2013). Essa medida que exclue toda carne animal das refeições oficiais do Ministério do Meio Ambiente foi iniciada pela ministra do meio ambiente Barbara Hendricks com o onjetivo de “mostrar o exemplo“ à população. Também é referência à utilização de produtos locais, de época e orgânicos. Apesar da Alemanha ter sido sempre uma pioneira no campo da ecologia, vozes contra esta medida se estendem. Na verdade, Christian Schidt, o ministro da agricultura alemã declarou: “eu não farei nenhuma refeição vegetariana. Ao invés de paternalismo e da ideologia, eu acredito na diversidade e liberdade de escolha“.



Os habitantes da cidade do Cairo poderão levar o lixo para quiosques de reciclagem onde a gestão será confiada a ONGs. A cidade fixou o objetivo de reduzir a quantidade e a proliferação de lixo presente no espaço público. A inauguração será no dia 11 de março de 2017. Para incentivar os habitantes da cidade a jogar o lixo nesses quiosques, a recuperação será feita a título oneroso. Graças a esse processo indenizatório, o governo deseja responsabilizar os habitantes. Os habitantes podem vender o seu lixo, como o plástico, o metal, o vidro, ou ainda o papel a preços que são fixados a quilo. O sucesso é importante e a cidade deseja abris outros quiosques logo. O governo considera que comprar o lixo para recicla-lo é um projeto ambicioso e poderá arear o espaço público e contribuir para embelezamento dessa cidade histórica. A generalização do projeto a nível nacional não está excluída. Os benefícios da reciclagem são múltiplos como a criação de empregos e o fato que o Egito se lançará no desenvolvimento de uma economia verde que terá um crescimento direto na economia do país.